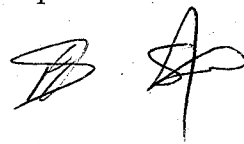



**Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e nove, às nove horas e  
2 trinta minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sexto andar, sala seiscentos  
3 e vinte do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o  
4 Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São  
5 Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu  
6 extraordinariamente com as presenças dos Conselheiros: José Luiz de Souza  
7 (MI/SIH), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/ SRHU), Guilherme Silva de Godoi  
8 (MME/SEE), Pedro Antônio Bertone de Ataíde (Casa Civil), César Augusto  
9 Pinheiro (Estado do Ceará / Cogeh), Celso de Macedo Veiga (Estado do Rio  
10 Grande do Norte / SEMARH), Francisco Jácome Sarmiento (Estado da Paraíba /  
11 SEIE), José Almir Cirilo (Estado de Pernambuco / SRH) e com as presenças dos  
12 convidados: Elias Fernandes (DNOCS), Cristina Peleteiro (DNOCS), Francisco  
13 Viana (ANA), Luna Viana (Casa Civil), Irani Braga Ramos (MI/SIH), Lisiane  
14 Bastos (SIH/PSF), Felipe Oliveto (SIH/MI) e também o Deputado Chico Lopes  
15 (Câmara Federal). Com o *quorum* regimental completo, o Coordenador, **José Luiz**  
16 **de Souza**, declarou abertos os trabalhos e iniciou explicando o objetivo da reunião  
17 - delegação dos açudes envolvidos diretamente no PISF, operação e manutenção,  
18 conforme Termo de Compromisso firmado entre a União e os estados receptores.  
19 O Coordenador declarou que em face do Termo de Compromisso firmado, haveria  
20 a necessidade de se conceituar o termo "delegação". **Pedro Bertone** destaca que  
21 antes de se discutir o conceito é necessário discutir o objetivo da delegação dos  
22 açudes. O senhor **Elias Fernandes** menciona o Termo de Compromisso como  
23 pertencente a outra realidade, pois foi firmado a quatro anos atrás, não  
24 correspondendo com o atual cenário. Cita a experiência positiva do Ceará na  
25 gestão de recursos hídricos a exemplo do açude do Castanhão - que é o maior  
26 reservatório do nordeste - e é neste contexto que o DNOCS visualiza o desenho do  
27 Projeto São Francisco, ou seja, o patrimônio do açude permanecendo com o  
28 Departamento, a operação com os Estados e a manutenção pelo Governo Federal.  
29 **Francisco Viana** intervém para chamar atenção da importância desta reunião com  
30 a presença dos atores envolvidos na Integração de Bacias: Destacou que os Estados  
31 não contam com a estrutura necessária para receberem as águas aduzidas do São  
32 Francisco. Ressaltou que é urgente o fortalecimento institucional, pois precisamos  
33 de avanços significativos nas estruturas estaduais. A Diretora do DNOCS, **Cristina**  
34 **Peleteiro**, destaca sua experiência com relação às barragens mencionando que a  
35 manutenção é deficiente pois faltam recursos financeiros. Para uma otimização das  
36 águas que serão aduzidas, urge uma política de sustentabilidade com relação à  
37 Gestão do Projeto. **Pedro Bertone** completa dizendo que para se ter garantia  
38 hídrica há que se ter em mente um sistema que garanta receita para proceder a  
39 manutenção, com recursos sendo assegurados dentro do orçamento. O conselheiro  
40 **José Almir Cirilo** expressou que esta discussão traz a oportunidade de se avaliar a  
41 dimensão hídrica do Projeto como um todo, reconheceu a deficiência das barragens  
42 localizadas em seu Estado, frisou a necessidade de um trabalho inicial para  
43 recuperação das mesmas e destacou que é complexo os Estados arcarem com esse  
44 ônus pois faltam recursos. **Cristina Peleteiro** menciona que é necessário realizar  
45 três tipos de manutenções: corretiva, preventiva e preditiva. Em seguida, o  
46 conselheiro **Pedro Bertone** sugere realizar um levantamento das estruturas  
47 existentes e verificar as condições em que as mesmas se encontram, quais

48 estruturas seriam delegadas e quais os custos para se deixá-las funcionando  
49 perfeitamente. O conselheiro **Francisco Sarmiento** salientou que existe um Projeto  
50 de Lei que define várias responsabilidades, porém não menciona quem será o  
51 detentor dos recursos, faltando esta sistematização, ou seja, a fonte orçamentária  
52 pois o Orçamento Geral da União se mostra inseguro para os Estados e este  
53 Conselho está encarregado de acabar com a decrepitude destes açudes receptores.  
54 O coordenador **José Luiz** sugere criar uma comissão - Grupo Executivo - para  
55 coordenar o trabalho de diagnóstico das barragens. O conselheiro **Francisco**  
56 **Sarmiento** lembra que não há necessidade de contratação de consultoria para o  
57 diagnóstico, pois pode ser que este já esteja contemplado no escopo de trabalho dos  
58 projetistas do PISF. **José Almir Cirilo** ressaltou que para as águas chegarem de  
59 fato à população pernambucana é necessário dar atenção a dois outros grandes  
60 projetos que são a Adutora do Agreste e o Ramal do Agreste. Anunciou que o  
61 governador de Pernambuco enviará em vinte de outubro de dois mil e nove Projeto  
62 de Lei para ser votado criando a Agência Estadual de Águas e Clima que  
63 contempla a reestruturação da Secretaria de Recursos Hídricos. **Francisco**  
64 **Sarmiento** observou que só é terceirizado aquilo que não se sabe fazer direito ou é  
65 feito com menos eficiência, ou seja, para os Estados só será interessante pagar a  
66 manutenção para o DNOCS se os mesmos não puderem fazê-la melhor que o  
67 Departamento. O conselheiro **Guilherme de Godói** chamou a atenção para a  
68 importância em se chegar a um consenso com relação à Operadora Federal para  
69 que se programe melhor a estrutura da rede elétrica básica que irá atender as  
70 estações de bombeamento do Projeto, tendo em vista os trâmites internos no  
71 Ministério de Minas e Energia. A preocupação coletiva dos Conselheiros é com  
72 recursos para a manutenção dos açudes que irão receber as águas captadas do rio  
73 São Francisco e distribuídas para os Estados. Portanto, com vistas a diagnosticar os  
74 problemas existentes, ficaram encaminhados os próximos passos: Formar um  
75 Grupo Executivo, composto por representante do MI, DNOCS, ANA, Casa Civil e  
76 um representante de cada Estado, que irá acompanhar de perto a situação dos  
77 açudes, diagnosticando os problemas já existentes, prevendo problemas futuros e  
78 propondo soluções, inclusive com visitas *in loco*. Uma estratégia foi estabelecida  
79 para as visitas, sendo selecionados os açudes: Castanhão, Atalho, Boqueirão de  
80 Cabaceiras, São Gonçalo, Engenheiro Ávidos, Poções, Barragem Armando Ribeiro  
81 Gonçalves, Pau dos Ferros, Entremontes, Barra do Juá, Engenheiro Francisco  
82 Sabóia e os estaduais Chapéu, Acauã e Santa Cruz do Apodi. O Conselheiro **Almir**  
83 **Cirilo** sugeriu que reuniões deste Conselho sejam realizadas na região do Projeto e  
84 indicou a região de Poço da Cruz, havendo a concordância dos Conselheiros  
85 presentes. **José Luiz** informou que já está programando uma reunião do Conselho  
86 em Campina Grande, prevista para novembro de dois mil e nove, que objetiva  
87 apresentar, entre outros temas, o Modelo de Gestão em elaboração incluindo o ente  
88 Operador Federal prevendo a presença de todos os órgãos gestores de recursos  
89 hídricos, notadamente, dos estados receptores do PISF. Voltando aos trabalhos do  
90 Grupo Executivo definiu-se buscar junto aos contratos das Projetistas do PISF  
91 informação se seus contratos abrangem estudo das estruturas estaduais para  
92 receberem as águas do PISF e o que se pode fazer junto aos gestores dos  
93 respectivos contratos. O senhor **Elias Fernandes** se comprometeu em realizar  
94 reuniões com os Secretários Estaduais de Recursos Hídricos na tentativa de se  
95 estimar os valores a serem gastos nas barragens. Tão logo esteja concluído a Casa  
96 Civil se comprometeu em receber o estudo físico-financeiro contendo os custos  
97 complementares das obras para passar a discussão adiante, visando angariar  
98 recursos financeiros para sua viabilidade. Após esclarecidas as dúvidas dos



99 conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais  
100 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.  
101 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será  
102 assinada pelos conselheiros presentes na próxima reunião deste Conselho.

